



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA
CONFUSÃO



REQUERIMENTO Nº 013/2021

"Requer desistência das ações Municipais e Cobranças Judiciais.

O vereador que o presente subscreve, nos termos regimentais vigentes requer, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal que providencie a desistência das ações Municipais de Cobranças Judiciais dos tributos: IPTU, ISSQN, ALVARÁ, retornando a cobrança para esfera administrativa.

JUSTIFICATIVA:

As cobranças destes Tributos, em especial o IPTU, sendo feita judicialmente entendemos que é uma grande penalidade à nossa comunidade, e em especial a população de menor poder aquisitivo, pois além de terem que pagar um imposto com preço já majorados, ainda ter que arcar com custas judiciais e honorários advocatícios. Podendo ser realizadas pela Coletoria Municipal, através de seus agentes tributários. Propondo ainda REFIS, com isenção de Juros, Multas e correção monetária.

Termos em que pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2021.

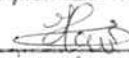
Romivaldo José Martins
Vereador

Câmara Municipal de
Lagoa da Confusão - TO

APROVADO

Em 03/02/2021

(810) 1ª única votação


Assinatura